

Dirley da Cunha Júnior

Curso de

Direito Constitucional

14^a | revista
edição ampliada
atualizada

2020



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Território Rio Branco, 87 – Pituba – CEP: 41830-530 – Salvador – Bahia
Tel: (71) 3045.9051

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

1173051

Copyright: Edições JusPODIVM

Conselho Editorial: Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Freddie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Capa: Ana Caquetti

C597c Cunha Júnior, Dirley da.

Curso de direito constitucional / Dirley da Cunha Júnior – 14. ed. rev. ampl. e atual. –
Salvador: JusPODIVM, 2020.

1.360 p.

Bibliografia.

ISBN 978-85-442-3482-2.

1. Direito constitucional. I. Título.

CDD 341.2

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

Capítulo I

CONSTITUCIONALISMO	33
1. Origem e conceito.....	33
2. Desenvolvimento.....	34
2.1. Constitucionalismo antigo	34
2.2. Constitucionalismo medieval	35
2.3. Constitucionalismo moderno	35
3. Neoconstitucionalismo	39
3.1. Patriotismo Constitucional.....	42
3.2. Transconstitucionalismo	43
3.3. Estado Constitucional Cooperativo.....	44
4. Quadro Sinótico	45

Capítulo II

DIREITO CONSTITUCIONAL	49
1. Origem, conceito e natureza do Direito Constitucional	49
2. Objeto do Direito Constitucional.....	52
3. Espécies ou Divisão do Direito Constitucional	52
3.1. Direito Constitucional Especial, Positivo ou Particular	52
3.2. Direito Constitucional Comparado.....	52
3.3. Direito Constitucional Geral	53
4. Relações do Direito Constitucional com outros ramos do Direito	54
5. Relações do Direito Constitucional com disciplinas afins de caráter não jurídico	66
6. Fontes do Direito Constitucional.....	67
7. Quadro Sinótico	68

Capítulo III

TEORIA DA CONSTITUIÇÃO	71
1. Considerações acerca do vocabulário “Constituição”.....	71
2. As principais teorias da Constituição.....	72
2.1. A Constituição como “garantia do <i>status quo</i> econômico e social” (Ernst Forsthoff)	73
2.2. A Constituição como um “instrumento de Governo” (W. Hennis).....	74
2.3. A Constituição como “processo público” (Peter Häberle)	74
2.4. A Constituição como “conjunto de normas constitutivas para a identidade de uma ordem político-social e do seu processo de realização” (R. Bäumlin)	74
2.5. A Constituição como “programa de integração e de representação nacional” (H. Krüger).....	75
2.6. A Constituição como “ordem jurídica do processo de integração estatal” (Rudolf Smend).....	75

2.7.	A Constituição como “ordem jurídica fundamental, material e aberta de uma comunidade” (Konrad Hesse)	76
2.8.	A Constituição como “legitimização do poder soberano segundo a ideia de Direito” (G. Burdeau).....	76
2.9.	A Constituição como “fim político fundamental sustentado pelas forças sociais dominantes” (C. Mortati)	77
2.10.	A Constituição como “norma fundamental, forma de governo e princípio de produção normativa” (F. Modugno)	77
2.11.	A Constituição como “totalidade, normalidade e normatividade” (H. Heller)	78
3.	Origem e conceito de Constituição.....	78
3.1.	Origem.....	78
3.2.	Conceito	79
4.	Concepções sobre a Constituição	79
4.1.	A concepção sociológica	80
4.2.	A concepção política.....	82
4.3.	A concepção jurídica	85
4.4.	A concepção cultural (conexão das concepções anteriores).....	91
5.	Supremacia da Constituição	103
6.	A unidade normativa da Constituição.....	108
7.	Objeto e conteúdo das Constituições	109
8.	Classificação das Constituições	110
8.1.	Quanto ao conteúdo: <i>Material</i> e <i>Formal</i>	110
8.2.	Quanto à forma: <i>Escrita</i> e <i>Não Escrita</i>	111
8.3.	Quanto à origem: <i>Democrática</i> e <i>Outorgada</i>	112
8.4.	Quanto à estabilidade ou consistência ou mutabilidade: <i>Imutável</i> , <i>Fixa</i> , <i>Rígida</i> , <i>Flexível</i> e <i>Semirrígida</i> ou <i>Semiflexível</i>	113
8.5.	Quanto à extensão: <i>Sintética</i> e <i>Analítica</i>	115
8.6.	Quanto à finalidade: <i>Garantia</i> e <i>Dirigente</i>	116
8.7.	Quanto ao modo de elaboração: <i>Dogmática</i> e <i>Histórica</i>	116
8.8.	Quanto à ideologia: <i>Ortodoxa</i> e <i>Ecléctica</i>	117
8.9.	Quanto ao modo de ser (classificação ontológica): <i>Normativa</i> , <i>Nominal</i> e <i>Semântica</i> .	117
8.10.	Classificação da Constituição brasileira de 1988	118
9.	Estrutura das Constituições.....	118
10.	Elementos das Constituições.....	119
11.	A Constituição Dirigente.....	120
12.	A Constituição brasileira de 1988	129
13.	Quadro Sinótico	130

Capítulo IV

TEORIA DA NORMA CONSTITUCIONAL	139	
1.	A constituição como um sistema aberto de normas	139
2.	A norma constitucional: conceito e natureza	140
3.	As condições de aplicabilidade da norma constitucional.....	142

4.	As espécies de norma constitucional: os princípios e as regras. A “normatividade” dos princípios	144
4.1.	A distinção entre regras e princípios em Robert Alexy	149
5.	A eficácia jurídica da norma constitucional	153
5.1.	O problema da eficácia das normas constitucionais.....	153
5.2.	Normas constitucionais mandatórias e normas constitucionais diretórias	155
5.3.	Normas constitucionais <i>self-executing</i> e <i>not self-executing</i>	156
5.4.	A classificação da doutrina italiana.....	158
5.5.	A classificação de J. H. Meirelles Teixeira.....	159
5.6.	A classificação de José Afonso da Silva	160
5.7.	A classificação de Celso Ribeiro Bastos e Carlos Ayres de Britto	164
5.8.	A classificação de Maria Helena Diniz.....	165
5.9.	Reflexões acerca das classificações examinadas e tomada de posição pessoal	166
5.10.	Eficácia jurídica das normas constitucionais programáticas	168
5.11.	Distinção entre Retroatividade Máxima, Média e Mínima.....	173
5.12.	Derrotabilidade das Normas Jurídicas.....	174
6.	Os princípios constitucionais	175
6.1.	Tipologia de princípios constitucionais.....	178
6.2.	Sistema interno de princípios e regras constitucionais: uma hierarquia axiológica dos princípios constitucionais.....	179
6.3.	Hierarquia de princípios	180
7.	Quadro Sinótico	183

Capítulo V

INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL.....

1.	Hermenêutica e interpretação jurídica.....	187
2.	Interpretação jurídica e interpretação constitucional. A especificidade da interpretação constitucional	190
3.	As correntes interpretativas e não interpretativas no direito norte-americano	191
3.1.	Interpretação constitucional e criação judicial do Direito	192
4.	Métodos de interpretação constitucional	203
4.1.	Método jurídico ou hermenêutico-clássico	203
4.2.	Método tópico-problemático	204
4.3.	Método hermenêutico-concretizador	205
4.4.	Método científico-espiritual	206
4.5.	Método normativo-estruturante	207
4.6.	Método da interpretação comparativa.....	207
5.	Princípios de interpretação constitucional	208
5.1.	Princípio da unidade da Constituição	208
5.2.	Princípio do efeito integrador	209
5.3.	Princípio da máxima efetividade.....	210
5.4.	Princípio da justeza ou da conformidade funcional.....	210
5.5.	Princípio da concordância prática ou da harmonização	211

5.6.	Princípio da força normativa da Constituição	212
5.7.	Princípio da proporcionalidade ou razoabilidade	212
5.8.	Princípio da presunção de constitucionalidade das leis.....	214
5.9.	Princípio da interpretação conforme a Constituição	215
6.	A interpretação constitucional e a sociedade aberta dos intérpretes da Constituição de Peter Häberle	216
7.	Quadro Sinótico	217

Capítulo VI

PODER CONSTITUINTE	221
---------------------------------	-----

1.	Considerações preliminares	221
2.	Conceito	222
3.	O Poder Constituinte e o pensamento de Sieyès	223
4.	Natureza.....	224
5.	Titularidade e exercício do Poder Constituinte.....	226
6.	Espécies de Poder Constituinte: Originário e Derivado	227
7.	Poder Constituinte Originário	228
7.1.	Conceito	228
7.2.	Características	229
7.3.	Formas de manifestação	230
7.4.	Poder Constituinte Material e Poder Constituinte Formal	231
8.	Poder Constituinte Derivado	231
8.1.	Conceito	231
8.2.	Características	232
8.3.	Espécies	232
8.4.	Poder Constituinte Reformador	232
8.4.1.	Conceito.....	232
8.4.2.	Limitações	233
8.4.3.	Processo Legislativo de Emenda à Constituição: processo de reforma constitucional	237
8.4.4.	Controle de constitucionalidade da reforma constitucional	239
8.5.	Poder Constituinte Decorrente.....	240
9.	Mutação constitucional.....	241
10.	Direito Constitucional intertemporal.....	242
10.1.	Princípio da Recepção.....	242
10.2.	Repristinação.....	243
10.3.	Desconstitucionalização	243
11.	Quadro Sinótico	244

Capítulo VII

CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	249
--	-----

1.	Considerações iniciais.....	250
2.	Conceito e pressupostos do Controle de Constitucionalidade	250

2.1.	Conceito	250
2.2.	Pressupostos.....	251
2.2.1.	A Constituição formal.....	251
2.2.2.	A Constituição como norma jurídica fundamental, rígida e suprema	252
2.2.3.	A previsão de um órgão competente.....	252
3.	Antecedentes históricos e evolução do controle de constitucionalidade.....	253
3.1.	O sistema “americano” da <i>judicial review of legislation</i> ou “difuso” de controle de constitucionalidade e o <i>leading case</i> William Marbury v. James Madison	255
3.2.	O sistema “austríaco” ou “concentrado” de controle de constitucionalidade. A contribuição de Kelsen.....	263
3.3.	O sistema francês de controle de constitucionalidade e as alterações advindas da Reforma Constitucional de 23 de julho de 2008	270
3.3.1.	O Controle de Constitucionalidade na França, a Constituição de 04 de outubro de 1958 e o Conselho Constitucional.....	271
3.3.1.1.	Composição do Conselho Constitucional	272
3.3.1.2.	Competência do Conselho Constitucional.....	273
3.3.2.	O Controle Preventivo de Constitucionalidade na França	273
3.3.3.	O Controle Repressivo de Constitucionalidade na França e a Questão Prioritária de Constitucionalidade (QPC)	274
3.3.4.	Considerações finais.....	276
3.4.	A evolução do controle de constitucionalidade no Brasil.....	277
3.4.1.	A Constituição de 1824	277
3.4.2.	A Constituição de 1891	278
3.4.3.	A Constituição de 1934	279
3.4.4.	A Constituição de 1937	280
3.4.5.	A Constituição de 1946	280
3.4.6.	A Constituição de 1967/69	281
3.4.7.	A Constituição de 1988	281
4.	Modelos de controle de constitucionalidade.....	283
4.1.	Quanto ao parâmetro do controle	283
4.2.	Quanto ao objeto do controle	284
4.3.	Quanto ao momento da realização do controle.....	284
4.4.	Quanto à natureza do órgão com competência para o controle.....	286
4.5	Quanto ao número de órgãos com competência para o controle.....	287
4.6.	Quanto ao modo de manifestação do controle.....	288
4.7.	Quanto à finalidade do controle	290
5.	Controle difuso de constitucionalidade	290
5.1.	O controle difuso-incidental de constitucionalidade na Constituição brasileira de 1988. Considerações gerais e natureza da questão constitucional	290
5.2.	A provocação do controle difuso-incidental de constitucionalidade.....	291
5.3.	A legitimidade para provocar o controle difuso-incidental de constitucionalidade	292
5.4.	A competência para realizar o controle difuso-incidental de constitucionalidade	293
5.5.	O procedimento do controle difuso-incidental de constitucionalidade	297

5.6.	Os efeitos da decisão no controle difuso-incidental de constitucionalidade	299
5.7.	O controle difuso-incidental de constitucionalidade e a suspensão da execução do ato pelo Senado Federal.....	302
6.	Controle concentrado de constitucionalidade	313
6.1.	O controle concentrado de constitucionalidade na Constituição brasileira de 1988. Considerações gerais e natureza da questão constitucional	313
6.2.	Conceito e tipos de inconstitucionalidade	313
6.3.	A provocação do controle concentrado-principal de constitucionalidade: as Ações Diretas	319
7.	Ação Direta de Inconstitucionalidade	323
7.1.	Origem, conceito e finalidade	323
7.2.	Legitimidade <i>ad causam</i>	323
7.3.	Competência	329
7.4.	Parâmetro e objeto	333
7.5.	Procedimento. A Lei nº 9.868/99	342
7.6.	Decisão e efeitos	345
7.6.1.	Modulação dos efeitos gerais e temporais	350
7.6.2.	Técnicas de decisão e efeitos	352
8.	A Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão	355
8.1.	Origem e generalidades	355
8.2.	Natureza, finalidade e procedimento	356
8.2.1.	Possibilidade de medida cautelar na ADI por omissão	359
8.3.	Legitimidade <i>ad causam</i> e competência	359
8.4.	Parâmetro e objeto	360
8.4.1.	A omissão inconstitucional: conceito e características	360
8.4.2.	Momento em que ocorre a omissão inconstitucional	363
8.4.3.	A omissão inconstitucional e suas modalidades	364
8.4.3.1.	Omissão inconstitucional total e parcial	364
8.4.3.2.	Omissão inconstitucional formal e material	368
8.4.3.3.	Omissão inconstitucional absoluta e relativa	368
8.4.4.	As omissões controláveis	369
8.4.5.	A omissão inconstitucional no Direito Comparado	370
8.5.	Decisão e seus efeitos	372
8.6.	Distinções entre a Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão e o Mandado de Injunção	379
9.	Ação Direta de Inconstitucionalidade Interventiva (Representação Interventiva)	380
9.1.	Origem, conceito e finalidade	380
9.2.	Legitimidade <i>ad causam</i>	383
9.3.	Competência	383
9.4.	Parâmetro e objeto	384
9.5.	Procedimento. A Lei nº 12.562/2011	385
9.6.	Da medida liminar	387
9.7.	Decisão e efeitos	387
10.	Ação Declaratória de Constitucionalidade	388

10.1. Origem, conceito e finalidade	388
10.2. Legitimidade <i>ad causam</i>	389
10.3. Competência	390
10.4. Parâmetro e objeto	390
10.5. Procedimento. A Lei nº 9.868/99.....	391
10.6. Decisão e efeitos	392
11. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.....	393
11.1. Origem, delineamento constitucional e generalidades do instituto	393
11.2. A parametricidade da arguição de descumprimento: os Preceitos Constitucionais Fundamentais	398
11.3. Conceito de “descumprimento” na arguição	401
11.4. Modalidades da arguição de descumprimento	402
11.5. Arguição direta ou autônoma	404
11.5.1. Legitimidade <i>ad causam</i>	404
11.5.2. Competência	409
11.5.3. Procedimento. A Lei nº 9.882/99	409
11.5.4. Medida liminar.....	411
11.5.5. Objeto. Os atos ou omissões controláveis	412
11.5.5.1. Atos normativos.....	413
11.5.5.2. Atos não normativos.....	415
11.5.5.3. Atos municipais	416
11.5.5.4. Atos anteriores à Constituição.....	417
11.5.5.5. Atos políticos.....	418
11.5.5.6. Projetos de leis ou de emendas constitucionais	419
11.5.5.7. Ato de interpretação e aplicação do regimento interno do Legislativo incompatível com o processo legislativo	421
11.5.6. Decisão e seus efeitos	423
11.6. Arguição incidental	426
11.6.1. Legitimidade <i>ad causam</i>	429
11.6.2. Objeto	431
11.6.3. Controvérsia constitucional relevante	432
11.7. O caráter subsidiário da arguição de descumprimento de preceito fundamental. O significado e alcance do § 1º do art. 4º da Lei nº 9.882/99	433
11.8. A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental como instrumento de reconhecimento do Estado de Coisas Inconstitucional.	439
11.8.1. O Estado de Coisas Inconstitucional	439
11.8.2. O Projeto de Lei nº 736, de 2015 e as alterações na Lei nº 9.882/99 (Lei da ADPF)	440
12. Controle de Constitucionalidade nos Estados-Membros.....	442
12.1. Considerações gerais.....	442
12.2. O Controle de constitucionalidade difuso-incidental nos Estados	442
12.3. O Controle de constitucionalidade concentrado-principal nos Estados	445
13. Quadro Sinótico	449

Capítulo VIII

HISTÓRICO DAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS	465
1. Antecedentes do constitucionalismo brasileiro	465
2. A Constituição de 1824	466
3. A Constituição de 1891	467
3.1. A instalação da Primeira República	467
3.2. Traços gerais da Constituição de 1891	468
4. A Constituição de 1934	469
4.1. A Revolução de 1930	469
4.2. Traços gerais da Constituição de 1934	470
5. A Constituição de 1937	471
5.1. O Estado Novo	471
5.2. Traços gerais da Constituição de 1937	472
6. A Constituição de 1946	472
7. A Constituição de 1967	473
7.1. O Golpe Militar de 1964	473
7.2. Traços gerais da Constituição de 1967	474
8. A Constituição de 1969 (EC nº 01/69)	475
9. A Constituição de 1988	475
9.1. Antecedentes	475
9.2. Traços gerais e estrutura da Constituição de 1988	476
10. Quadro Sinótico	477

Capítulo IX

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS.....	483
1. Considerações iniciais.....	483
2. Princípio Federativo.....	483
3. Princípio Republicano.....	486
4. Princípio do Estado Democrático de Direito	488
5. Princípio da Soberania Popular.....	489
6. Princípio da Separação de Poderes	489
6.1. O Poder político e as funções estatais	489
6.2. Antecedentes históricos da teoria clássica da separação das funções estatais	491
6.3. A separação das funções estatais nas Constituições brasileiras	495
6.4. A separação das funções estatais ante uma nova dogmática constitucional: a necessidade de uma revisão da teoria clássica da separação de Poderes	497
7. Princípios Fundamentos do Estado brasileiro	500
8. Princípios Objetivos Fundamentais do Estado brasileiro	501
9. Princípios regentes das relações internacionais	502
10. Quadro Sinótico	503

Capítulo X

TEORIA GERAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	507
1. Considerações iniciais.....	507

2.	Delimitação terminológica e conceitual dos direitos fundamentais. Em busca de um conceito constitucionalmente adequado dos direitos fundamentais	508
3.	A teoria dos quatro status de Jellinek e as funções dos direitos fundamentais	515
3.1.	Função de defesa ou de liberdade	517
3.2.	Função de prestação	518
3.3.	Função de proteção perante terceiros	521
3.4.	Função de não discriminação	521
4.	Antecedentes históricos e evolução dos direitos fundamentais	521
4.1.	Considerações iniciais.....	521
4.2.	As Declarações de Direitos	526
4.2.1.	<i>A Magna Carta</i>	528
4.2.2.	<i>A Petition of Rights</i>	530
4.2.3.	<i>O Habeas Corpus Act</i>	530
4.2.4.	<i>O Bill of Rights</i>	531
4.2.5.	<i>O Act of Settlement</i>	532
4.2.6.	A Declaração de Direitos do Bom Povo da Virgínia.....	532
4.2.7.	A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão	534
4.2.8.	A Declaração Universal dos Direitos do Homem.....	538
4.3.	A evolução dos direitos fundamentais: os direitos fundamentais de primeira, segunda, terceira, quarta e quinta geração ou dimensão.....	543
4.3.1.	Os direitos fundamentais de primeira dimensão: os direitos civis e políticos	546
4.3.2.	Os direitos fundamentais de segunda dimensão: os direitos sociais, econômicos e culturais.....	547
4.3.3.	Os direitos fundamentais de terceira dimensão: os direitos de solidariedade..	553
4.3.4.	Os direitos fundamentais de quarta dimensão: o direito à democracia direta e os direitos relacionados à biotecnologia.....	554
4.3.5.	Os direitos fundamentais de quinta dimensão: o direito à paz	554
4.4.	Considerações finais	555
5.	Fundamentos dos Direitos Fundamentais.....	555
6.	A constitucionalização das declarações de direitos, a função legitimadora dos direitos fundamentais e seu regime jurídico-constitucional reforçado	558
7.	Características dos direitos fundamentais	561
8.	As dimensões subjetiva e objetiva dos direitos fundamentais.....	568
9.	A eficácia horizontal dos direitos fundamentais (ou “eficácia dos direitos fundamentais nas relações privadas” ou “eficácia privada dos direitos fundamentais” ou “eficácia externa dos direitos fundamentais”)	573
10.	Os direitos fundamentais e suas garantias	575
11.	Quadro Sinótico	575
Capítulo XI		
DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS.....		579
1.	Os direitos fundamentais na constituição federal de 1988	579
2.	Os titulares dos direitos fundamentais.....	581

3. A eficácia dos direitos fundamentais e o princípio da aplicabilidade imediata das normas definidoras de direitos fundamentais. significado e alcance do art. 5º, § 1º, da constituição de 1988	582
4. A concepção materialmente aberta dos direitos fundamentais na Constituição de 1988. o significado e alcance da cláusula de “abertura material ou de inesgotabilidade dos direitos fundamentais” do art. 5º, § 2º e o novo § 3º	592
5. A classificação dos direitos fundamentais na Constituição de 1988	604
6. O Estado de Coisas Inconstitucional como garantia de Direitos Fundamentais.....	610
7. Quadro Sinótico	614

Capítulo XII

DOS DIREITOS INDIVIDUAIS E COLETIVOS	617
1. Considerações iniciais.....	617
2. Direito à vida	617
3. Direito à igualdade	619
4. Direito à liberdade.....	624
4.1. Liberdade de ação e o princípio da legalidade	624
4.2. Liberdade de locomoção	625
4.3. Liberdade de opinião ou pensamento	626
4.4. Liberdade de expressão de atividade intelectual, artística, científica e de comunicação	628
4.5. Liberdade de informação.....	631
4.5.1. O direito de informar e a liberdade de informação Jornalística. O direito de crítica jornalística	633
4.6. Liberdade de consciência e crença. A escusa de consciência	638
4.7. Liberdade de reunião	640
4.8. Liberdade de associação	641
4.9. Liberdade de opção profissional	642
4.9.1. Liberdade de Profissão como Direito Fundamental.....	642
4.9.2. Limitações à Liberdade de Profissão.....	644
5. Direito à privacidade.....	648
5.1. Direito à intimidade	649
5.2. Direito à vida privada.....	650
5.3. Direito à honra.....	651
5.4. Direito à imagem	651
5.5. Direito à inviolabilidade da casa	651
5.6. Direito ao sigilo de correspondências e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas	653
6. Direito de propriedade	659
6.1. Propriedade intelectual	660
6.2. Direito de herança.....	661
7. Direito de petição	661
8. Direito de certidão	662
9. Direito de acesso à justiça.....	662
10. Direito à segurança jurídica.....	663

10.1. Garantia do direito adquirido	665
10.2. Garantia do ato jurídico perfeito	665
10.3. Garantia da coisa julgada	666
11. Direito à garantia do devido processo legal	666
12. Direito às garantias do contraditório e da ampla defesa	667
13. Direito à segurança em matéria penal e processual penal	668
14. Quadro Sinótico	685
Capítulo XIII	
DOS DIREITOS SOCIAIS	691
1. Considerações iniciais.....	691
2. Direitos sociais do trabalhador	693
3. Direitos sociais da seguridade social	700
3.1. Direito à saúde.....	700
3.2. Direito à previdência social	703
3.3. Direito à assistência social.....	704
4. Direitos sociais à educação e à cultura	704
4.1. Direito à educação.....	704
4.2. Direito à cultura.....	707
5. Direito social ao meio ambiente ecologicamente equilibrado	708
6. Direitos sociais da criança, do adolescente, do jovem e do idoso	709
7. A efetividade dos direitos sociais e a reserva do possível	711
8. Quadro Sinótico	719
Capítulo XIV	
DO DIREITO DE NACIONALIDADE	725
1. Considerações iniciais.....	725
2. Conceito de nacionalidade	725
3. Espécies de nacionalidade	725
4. Modos de aquisição da nacionalidade	726
5. O polipátrida e o apátrida (<i>heimatlos</i>).....	726
6. Os brasileiros na Constituição federal de 1988.....	728
6.1. Os brasileiros natos.....	728
6.2. Os brasileiros naturalizados	733
7. Distinção entre brasileiros natos e naturalizados.....	735
8. Perda da nacionalidade brasileira	737
9. Reaquisição da nacionalidade brasileira	738
10. A situação dos portugueses com residência permanente no Brasil	739
11. Quadro Sinótico	740
Capítulo XV	
DOS DIREITOS POLÍTICOS	743
1. Considerações iniciais.....	743

2.	Modalidades de direitos políticos	743
3.	Direitos políticos positivos	743
3.1.	Direitos políticos ativos	743
3.2.	Direitos políticos passivos	744
4.	Direitos políticos negativos	747
4.1.	Inelegibilidades	748
4.1.1.	Inelegibilidades absolutas	748
4.1.2.	Inelegibilidades relativas	748
4.2.	Perda e suspensão de direitos políticos.....	758
5.	Dos partidos políticos	761
5.1.	Conceito	761
5.2.	Liberdade partidária	761
5.3.	Autonomia partidária.....	762
5.4.	Direitos dos partidos políticos	763
6.	Quadro Sinótico	768

Capítulo XVI**DAS AÇÕES CONSTITUCIONAIS** 771

1.	Considerações gerais.....	771
2.	<i>Habeas corpus</i>	771
2.1.	Escorço histórico da origem do instituto.....	771
2.2.	Natureza Jurídica.....	773
2.3.	Espécies	773
2.4.	Legitimidade <i>ad causam</i>	773
2.4.1.	Legitimidade ativa	773
2.4.2.	Legitimidade passiva.....	774
2.5.	Hipóteses de cabimento.....	774
2.6.	Competência	776
2.7.	Procedimento	777
3.	Mandado de segurança	778
3.1.	Conceito, delineamento constitucional e generalidades do instituto.....	778
3.2.	Natureza Jurídica.....	779
3.3.	Espécies	780
3.4.	Legitimidade <i>ad causam</i>	780
3.4.1.	Legitimidade ativa	780
3.4.2.	Legitimidade passiva.....	781
3.5.	Cabimento.....	782
3.6.	Objeto da impetração	783
3.7.	Competência	785
3.8.	Procedimento	785
3.9.	Da Medida Liminar	786
3.10.	Da Sentença	787

3.11. Do Pedido de Suspensão da execução da Liminar e da Sentença.....	787
3.12. Do Mandado de Segurança Coletivo.....	788
3.13. Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.....	789
4. Mandado de injunção.....	790
4.1. Origem e considerações gerais a respeito do instituto	790
4.2. Objeto	797
4.3. Legitimidade ativa.....	798
4.4. Legitimidade passiva.....	799
4.5. Competência.....	800
4.6. Decisão e seus efeitos.....	801
4.7. Aspectos processuais do Mandado de Injunção e a Lei nº 13.300/2016	812
5. <i>Habeas data</i>	814
6. Ação popular.....	816
6.1. Considerações gerais.....	816
6.2. Requisitos específicos da ação	817
6.3. Finalidade da ação.....	817
6.4. Objeto da ação popular	818
6.5. Legitimidade <i>ad causam</i>	819
6.5.1. Legitimidade ativa	819
6.5.2. Legitimidade passiva	819
6.6. Competência	820
6.7. Liminar, sentença e coisa julgada.....	820
7. Ação civil pública.....	821
8. Quadro Sinótico	828
Capítulo XVII	
DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO	831
1. O princípio federativo e o Estado Federal.....	831
1.1. Estado Federal e Estado Unitário	832
1.2. Estado Federal e Estado Regional	832
1.3. Estado Federal e Confederação de Estados	832
1.4. Características comuns do Estado Federal	832
1.5. Estado Federal e tipos de Federalismo	835
2. O federalismo brasileiro	835
2.1. Origem e evolução histórica do federalismo brasileiro	835
2.2. A Organização Política do Estado brasileiro.....	836
3. A repartição de competência.....	836
3.1. O princípio da predominância do interesse	837
3.2. Técnicas de repartição de competência.....	837
4. A repartição de competência na Constituição brasileira de 1988	837
4.1. A repartição horizontal de competência. Técnicas	838
4.2. A repartição vertical de competência	839

5.	Competências e sua classificação	839
5.1.	Competência legislativa	839
5.2.	Competência não legislativa ou material	839
5.3.	Outras competências.....	839
6.	A união	840
6.1.	A posição da União na Federação.....	840
6.2.	Brasília: sede do governo da União	840
6.3.	Bens da União	841
6.4.	Competência material da União	844
6.4.1.	Competência material exclusiva da União	844
6.4.2.	Competência material comum da União	848
6.5.	Competência legislativa da União	849
6.5.1.	Competência legislativa privativa da União. A delegação de competência aos Estados	849
6.5.2.	Competência legislativa concorrente da União	855
7.	Os estados federados	857
7.1.	A posição dos Estados-membros na Federação. O poder constituinte decorrente das Assembleias Legislativas	857
7.2.	Competência material (exclusiva e comum).....	859
7.3.	Competência legislativa (exclusiva e concorrente). A competência suplementar	860
7.4.	Bens dos Estados.....	860
8.	O Distrito Federal	860
8.1.	A posição do Distrito Federal na Federação e suas competências	860
9.	Os municípios	861
9.1.	O Município nas Constituições anteriores	862
9.1.1.	O Município na Constituição do Império	862
9.1.2.	O Município na Constituição de 1891	863
9.1.3.	O Município na Constituição de 1934	863
9.1.4.	O Município na Constituição de 1937	864
9.1.5.	O Município na Constituição de 1946	864
9.1.6.	O Município na Constituição de 1967	864
9.2.	As competências do Município na Constituição Federal de 1988.....	865
9.2.1.	A competência legislativa.....	868
9.2.2.	A competência material	870
10.	Os territórios federais	871
10.1.	Natureza.....	871
10.2.	Organização	872
11.	Intervenção.....	872
11.1.	Conceito	872
11.2.	Intervenção Federal	873
11.3.	Intervenção Estadual	876
11.4.	Formalidades comuns	876
12.	A Administração Pública.....	877

12.1. Conceito	877
12.2. Organização	879
12.2.1. Administração direta.....	880
12.2.2. Administração indireta	881
12.3. Regime jurídico-administrativo e os princípios constitucionais da Administração Pública.....	882
12.3.1. Princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse privado ...	884
12.3.2. Princípio da indisponibilidade do interesse público	886
12.3.3. Princípio da Legalidade.....	886
12.3.4. Princípio da Impessoalidade	887
12.3.4.1. Princípio da Intranscendência Subjetiva da Sanção.....	887
12.3.5. Princípio da Moralidade.....	888
12.3.6. Princípio da Publicidade	890
12.3.7. Princípio da Eficiência.....	892
12.3.8. Princípio da Finalidade Pública.....	893
12.3.9. Princípio da Presunção de Legitimidade	894
12.3.10. Princípio da Autotutela	894
12.3.11. Princípio do Controle Judicial dos Atos Administrativos	895
12.3.12. Princípio da Motivação.....	896
12.3.13. Princípio da Responsabilidade do Estado.....	898
12.3.14. Princípio do acesso universal aos cargos, empregos e funções públicas	898
12.3.15. Princípio do prévio concurso público para acesso aos cargos e empregos públicos.....	899
12.3.15.1. Concurso público e pessoa com deficiência	905
12.3.16. Princípio da obrigatoriedade da licitação	906
12.4. Dos Servidores Públicos	906
12.4.1. Agentes Públ...cos.....	906
12.4.2. Espécies de Agentes Públ...cos	907
12.4.2.1. Agentes políticos.....	908
12.4.2.2. Agentes ou servidores administrativos do Estado.....	908
12.4.2.3. Agentes particulares em colaboração com o Estado	917
12.4.3. Direitos dos trabalhadores extensivos aos servidores públicos. O direito à livre associação sindical e o direito de greve.....	918
12.4.4. Remuneração e subsídio do servidor	920
12.4.5. Estabilidade do servidor	932
12.4.6. Previdência do servidor	935
12.5. Dos Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.....	953
12.6. Das Regiões.....	955
13. Quadro Sinótico	956
Capítulo XVIII	
DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES	969
1. As funções do Estado e a separação de poderes	969

2.	Do poder legislativo	972
2.1.	Órgãos do Poder Legislativo	972
2.1.1.	Órgãos do Poder Legislativo da União: O Congresso Nacional. O Bicameralismo. As Casas Legislativas e a composição do C.N.	972
2.1.1.1.	Sistema Proporcional <i>versus</i> Voto Distrital.....	975
2.1.2.	Órgãos do Poder Legislativo dos Estados: as Assembleias Legislativas dos Estados e a Câmara Legislativa do DF. Composição	976
2.1.3.	Órgãos do Poder Legislativo dos Municípios: as Câmaras de Vereadores dos Municípios. Composição.....	977
2.2.	Organização interna do Poder Legislativo.....	981
2.2.1.	A Mesa Diretora	981
2.2.2.	As Comissões Parlamentares	982
2.2.2.1.	Comissões Permanentes	982
2.2.2.2.	Comissões Temporárias	983
2.2.2.3.	Comissões Mistas.....	983
2.2.2.4.	Comissões de Inquérito.....	983
2.2.2.5.	Representativa	992
2.2.3.	A Polícia Legislativa e Órgãos Administrativos	992
2.3.	O funcionamento dos Órgãos do Poder Legislativo	992
2.3.1.	A Legislatura	992
2.3.2.	As Sessões legislativas.....	993
2.3.2.1.	Ordinária	993
2.3.2.2.	Extraordinária.....	993
2.3.3.	As Sessões	994
2.3.3.1.	Ordinárias	994
2.3.3.2.	Extraordinárias.....	994
2.3.4.	As Sessões preparatórias	994
2.4.	As atribuições do Congresso Nacional.....	995
2.4.1.	Competências Legislativas do Congresso Nacional.....	995
2.4.2.	Competências Políticas do Congresso Nacional	997
2.5.	As atribuições da Câmara dos Deputados (art. 51)	1003
2.6.	As atribuições do Senado Federal (art. 52)	1004
2.7.	<i>Quórum</i> para deliberações (art. 47)	1006
2.8.	O Processo Legislativo	1007
2.8.1.	Conceito e objeto. As espécies de atos legislativos.....	1007
2.8.2.	Atos do processo legislativo.....	1014
2.8.2.1.	Iniciativa legislativa	1014
2.8.2.2.	Emendas parlamentares	1017
2.8.2.3.	Votação	1019
2.8.2.4.	Sanção e veto.....	1020
2.8.2.5.	Promulgação e publicação	1022
2.9.	Procedimentos legislativos	1022
2.9.1.	Procedimento legislativo ordinário.....	1022

2.9.2.	Procedimento legislativo sumário.....	1023
2.9.3.	Procedimentos legislativos especiais.....	1024
2.10.	Dos Deputados e dos Senadores	1024
2.10.1.	Prerrogativas.....	1024
2.10.1.1.	As imunidades	1024
2.10.1.2.	O privilégio de foro por prerrogativa da função	1029
2.10.1.3.	Isenção do serviço militar.....	1033
2.10.1.4.	Manutenção das prerrogativas durante os Estados de Exceção....	1033
2.10.2.	Incompatibilidades.....	1033
2.10.3.	Perda do mandato.....	1033
2.10.3.1.	Cassação	1034
2.10.3.2.	Extinção.....	1034
2.11.	Da fiscalização contábil, financeira e orçamentária e dos Tribunais de Contas	1039
2.11.1.	Dos Tribunais de Contas	1043
2.11.1.1.	Do Tribunal de Conta da União.....	1044
2.11.1.2.	Do Tribunal de Conta dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.....	1045
3.	Do poder executivo.....	1045
3.1.	Sistemas de governo	1046
3.1.1.	Parlamentarismo.....	1046
3.1.2.	Presidencialismo	1048
3.2.	O Poder Executivo no Brasil e o Presidente da República	1049
3.3.	Eleição do Presidente da República	1050
3.4.	Substituição e sucessão do Presidente da República.....	1051
3.5.	Atribuições do Presidente da República.....	1054
3.6.	Responsabilidade do Presidente da República	1056
3.7.	Prerrogativas do Presidente da República	1060
3.8.	Auxiliares do Presidente da República	1062
3.9.	Órgãos de Consulta do Presidente da República.....	1063
3.9.1.	Conselho da República	1064
3.9.2.	Conselho de Defesa Nacional.....	1064
4.	Do poder judiciário	1065
4.1.	A função jurisdicional do Estado.....	1065
4.2.	Órgãos do Poder Judiciário	1066
4.3.	O Estatuto da Magistratura.....	1067
4.4.	As Garantias do Poder Judiciário.....	1074
4.4.1.	Garantias funcionais do Poder Judiciário.....	1074
4.4.2.	Garantias institucionais do Poder Judiciário	1077
4.5.	Quinto Constitucional	1079
4.6.	Regime Constitucional dos Precatórios	1081
4.7.	Do Supremo Tribunal Federal	1095
4.8.	Do Conselho Nacional de Justiça	1114

4.9.	Do Superior Tribunal de Justiça	1119
4.10.	Dos Tribunais Regionais Federais e dos Juízes Federais	1121
4.11.	Dos Tribunais e Juízes do Trabalho.....	1126
4.12.	Dos Tribunais e Juízes Eleitorais	1138
4.13.	Dos Tribunais e Juízes Militares	1140
4.14.	Dos Tribunais e Juízes dos Estados.....	1144
4.15.	Dos Juizados Especiais.....	1146
5.	Das funções essenciais à justiça	1147
5.1.	Do Ministério Público.....	1147
5.1.1.	Histórico	1147
5.1.2.	O Ministério Público no Brasil pré-Constituição de 1988	1148
5.1.3.	O Ministério Público na Constituição Federal de 1988.....	1149
5.1.4.	Princípios institucionais	1151
5.1.4.1.	Unidade	1151
5.1.4.2.	Indivisibilidade	1152
5.1.4.3.	Independência funcional.....	1152
5.1.5.	Garantias e impedimentos dos membros do Ministério Público	1152
5.1.6.	Funções institucionais.....	1153
5.1.7.	Conselho Nacional do Ministério Público	1154
5.1.8.	O Ministério Público junto aos Tribunais de Contas	1155
5.2.	Da Advocacia Pública	1156
5.3.	Da Advocacia.....	1158
5.4.	Da Defensoria Pública	1161
6.	Quadro Sinótico	1167

Capítulo XIX

DA DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS.....	1183
---	-------------

1.	Considerações gerais.....	1183
2.	Do sistema Constitucional das crises e dos estados de exceção	1183
2.1.	Do Estado de Defesa	1184
2.2.	Do Estado de Sítio	1185
2.3.	Das disposições comuns aos Estados de Defesa e de Sítio	1187
3.	Das forças armadas	1187
4.	Da segurança pública	1190
5.	Quadro Sinótico	1193

Capítulo XX

DA TRIBUTAÇÃO E DO ORÇAMENTO	1197
---	-------------

1.	Do sistema tributário nacional	1197
1.1.	Dos Tributos: Noção de Tributo. Obrigaçāo Tributária, Hipótese de Incidência Tributária e Fato Imponível do Tributo. Base de Cálculo e Alíquota	1197
1.2.	A competência tributária.....	1205
1.2.1.	Técnicas de repartição da competência tributária.....	1205

1.2.2. Limites ao exercício da competência tributária	1205
1.3. Classificação dos Tributos	1206
1.4. O imposto.....	1209
1.4.1. Impostos reais e pessoas.....	1209
1.4.2. Impostos diretos e indiretos.....	1210
1.4.3. Impostos em espécies	1210
1.4.3.1. Impostos da União.....	1210
1.4.3.2. Impostos dos Estados e do Distrito Federal	1212
1.4.3.3. Impostos dos Municípios	1214
1.5. A taxa.....	1215
1.5.1. A irrelevância da destinação do produto arrecadado	1216
1.5.2. A taxa e o preço (tarifa).....	1217
1.6. A Contribuição de Melhoria.....	1218
1.7. Os Empréstimos Compulsórios	1219
1.8. As Contribuições sociais	1221
1.8.1. As contribuições sociais de intervenção no domínio econômico.....	1223
1.8.2. As contribuições sociais de interesse de categorias profissionais ou econômicas, como instrumento da atuação da União nas respectivas áreas....	1223
1.8.3. As contribuições sociais da seguridade social.....	1223
1.9. Das Limitações ao Poder de Tributar.....	1225
1.9.1. O Princípio da Legalidade Tributária	1225
1.9.2. Princípio da Igualdade Tributária	1227
1.9.3. Princípio da Capacidade Contributiva.....	1227
1.9.4. Princípio da Irretroatividade da Lei Tributária.....	1228
1.9.5. Princípio da Anterioridade	1229
1.9.6. O Princípio da Não Cumulatividade	1231
1.9.7. Princípio da Seletividade	1232
1.9.8. Princípio da vedação do confisco	1233
1.9.9. Princípio da Imunidade recíproca	1233
1.9.10. As imunidades dos templos de qualquer culto.....	1234
1.9.11. As imunidades dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos	1235
1.9.12. As imunidades dos livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.....	1235
1.9.13. As imunidades dos fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham	1237
1.9.14. Outras limitações.....	1237
1.10. Da repartição das receitas tributárias	1238
2. Das finanças públicas.....	1242
2.1. Considerações gerais.....	1242
2.2. Dos Orçamentos	1244
2.3. A Emenda Constitucional nº 95/2016 e o Novo Regime Fiscal da União.....	1251
2.3.1. Alcance do Novo Regime Fiscal	1251
2.3.2. Limites estabelecidos pelo Novo Regime Fiscal	1252
2.3.3. Exceções ao teto estabelecido pelo Novo Regime Fiscal.....	1253

2.3.4.	Revisão do teto estabelecido pelo Novo Regime Fiscal.....	1254
2.3.5.	Sanções por descumprimento do teto estabelecido pelo Novo Regime Fiscal.....	1254
2.3.6.	Saúde e educação e o teto estabelecido pelo Novo Regime Fiscal	1255
2.3.7.	Considerações finais.....	1256
3.	Quadro Sinótico	1257

Capítulo XXI

DA ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA.....	1265
1. Conceito de ordem	1265
2. Ordem econômica	1265
2.1. Ordem Econômica e Constituição Econômica	1266
2.2. A Ordem Econômica nas Constituições brasileiras.....	1268
2.3. Ordem Econômica na Constituição brasileira de 1988.....	1269
2.4. Da Política Urbana.....	1278
2.4.1. Desapropriação por descumprimento da função social da propriedade urbana	1279
2.5. Da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária.....	1280
2.5.1. Desapropriação para fins de reforma agrária.....	1281
3. Do sistema financeiro nacional	1285
4. Quadro Sinótico	1285

Capítulo XXII

DA ORDEM SOCIAL	1289
1. Considerações gerais.....	1289
2. Objetivos	1289
3. Da seguridade social	1289
3.1. Saúde.....	1292
3.2. Previdência social.....	1294
3.3. Assistência social.....	1303
4. Da educação, da cultura e do desporto	1305
4.1. Da educação.....	1305
4.2. Da cultura.....	1309
4.3. Do desporto	1310
5. Da ciência, tecnologia e inovação	1310
6. Da comunicação social	1312
7. Do meio ambiente	1314
8. Da família, da criança, do adolescente, do jovem e do idoso	1326
8.1. Da família	1326
8.2. Da criança, do adolescente e do jovem	1329
8.3. Do idoso	1330
9. Dos índios	1331
10. Quadro Sinótico	1333

BIBLIOGRAFIA

1339